

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	7
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	10
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	11
2.5 Medições não contábeis	12
2.6 Eventos subsequentes as DFs	14
2.7 Destinação de resultados	15
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	16
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	17
2.10 Planos de negócios	18
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	19
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	20
5.2 Descrição dos controles internos	26
5.3 Programa de integridade	30
5.4 Alterações significativas	32
5.5 Outras informações relevantes	33

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 - Os diretores devem comentar sobre:

(a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia entende que possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para (i) implementar o seu plano de negócios e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2023, o ativo circulante da Companhia era de R\$ 211.022 mil, superior ao passivo circulante, que era R\$ 73.863 mil, representando um índice de liquidez corrente (índice que relaciona a liquidez de curto prazo da Companhia, calculado por meio da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) de 2,84. Em 31 de dezembro de 2022, o índice de liquidez corrente foi de 3,35. A redução do índice de liquidez corrente entre 2022 e 2023 é motivada principalmente pela menor posição de caixa e estoques da Companhia.

Conforme demonstrado na Seção 2.1 (f), a Companhia não possuía dívida em 31 de dezembro de 2023.

Nossa capacidade de honrar nossos compromissos também está demonstrada em nosso índice de liquidez total (representado pela divisão do total do ativo pelo total do passivo). Passamos de um índice de 3,69 em 31 de dezembro de 2022 para 3,67 em 31 de dezembro de 2023, representando a manutenção da capacidade de honrar os compromissos da Companhia.

(b) estrutura de capital

A Diretoria acredita que a estrutura de capital da Companhia é adequada para atender as demandas e necessidades das operações e continuar executando seu plano de crescimento.

Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 308.614 mil, passando para R\$ 255.404 mil positivo em 31 de dezembro de 2023. Essa variação decorreu pelo aumento de prejuízos acumulados entre os períodos.

A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a seguinte estrutura de capital entre capital próprio e de terceiros, que é condizente, na visão da Diretoria, com as atividades da Companhia, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Capital de terceiros (passivo circulante e não circulante)	95.806	113.427
Capital próprio (patrimônio líquido)	255.404	308.614
Capital total (terceiros + próprio)	351.210	422.041
Parcela de capital de terceiros	27,28%	26,88%
Parcela de capital próprio	72,72%	73,12%

Conforme demonstrado na tabela acima, não ocorreu variações significativas entre os períodos em análise referente à estrutura de capital da Companhia.

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Tendo em vista a capacidade da Companhia de captar novos recursos provenientes de investimentos, empréstimos e financiamentos, além do próprio acesso ao mercado de capitais, a Diretoria acredita ter plenas condições de honrar os compromissos financeiros assumidos até a data deste Formulário de Referência, sendo

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

possível ainda a captação de recursos adicionais, caso haja necessidade.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, as necessidades de recursos da Companhia foram financiadas pela sua robusta posição de caixa, proveniente de recursos injetados pelo IPO realizado pela Companhia. Assim, considerando que atualmente a Companhia não possui saldos de empréstimos e financiamentos em seu balanço, juntamente com os robustos saldos de caixa e equivalentes de caixa disponíveis, a Companhia acredita que terá liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir seus custos, despesas operacionais e financeiras e investimentos pelos próximos 12 meses, embora não se possa garantir que tal situação permanecerá inalterada. Caso entenda necessário contrair empréstimos para financiar as suas atividades e investimentos, a Companhia acredita ter capacidade para contratá-los.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia decorreu do capital próprio levantado no IPO da Companhia.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende continuar utilizando os recursos levantados no IPO e, caso necessário, empréstimos e financiamentos de terceiros como fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía empréstimos e financiamentos contratados.

(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía qualquer operação de longo prazo com instituições financeiras.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Não aplicável, uma vez que, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía empréstimos e financiamentos contratados

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não aplicável, uma vez que, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía empréstimos e financiamentos contratados.

(g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não aplicável, uma vez que, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía empréstimos e

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

financiamentos contratados.

A Companhia possui relacionamento com instituições financeiras de primeira linha, o que permite o acesso a linhas de crédito, na hipótese de haver necessidade.

(h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Os quadros a seguir apresentam um sumário das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. As informações a seguir devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações contábeis da Companhia, com as informações financeiras trimestrais da Companhia e com as respectivas notas explicativas, disponíveis no site da Companhia (ri.westing.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

A seguir, são apresentados os valores relativos à demonstração de resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2023.

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022

(em milhares de Reais, exceto se indicado diversamente)	No exercício social findo em 31 de dezembro de				
	31/12/2023	AV%	AH%	31/12/2022	AV%
Receita operacional líquida	198.152	100,0%	-22,8%	256.800	100,0%
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	-118.518	-59,8%	-20,2%	-148.554	-57,8%
Lucro bruto	79.634	40,2%	-26,4%	108.246	42,2%
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	-72.340	-36,5%	0,7%	-71.824	-28,0%
Despesas gerais e administrativas	-88.259	-44,5%	-26,9%	-120.689	-47,0%
Outras despesas operacionais, líquidas	9.877	5,0%	n.s.	0	0,0%
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social	-71.088	-35,9%	-15,6%	-84.267	-32,8%
Receita financeira	21.697	10,9%	-8,5%	23.722	9,2%
Despesas financeiras	-5.362	-2,7%	12,3%	-4.773	-1,9%
Resultado financeiro	16.335	8,2%	-13,8%	18.949	7,4%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-54.753	-27,6%	-16,2%	-65.318	-25,4%
Imposto de renda e contribuição social	1.015	0,5%	-90,8%	11.047	4,3%
Lucro líquido (prejuízo)	-53.738	-27,1%	-1,0%	-54.271	-21,1%

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 198.152 mil, comparativamente a R\$ 256.800 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando uma

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

redução de R\$ 58.648 mil, ou 22,8%, decorrente principalmente da menor demanda por itens de casa e decoração durante os últimos anos, em função da antecipação de demanda ocorrida no pico da pandemia em 2020.

Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 118.518 mil, comparativamente a R\$ 148.554 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de R\$ 30.036 mil, ou 20,2%. O custo dos produtos vendidos e serviços prestados representava 59,8% e 57,8% da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente, em linha entre os dois períodos em análise.

Lucro bruto

O Lucro Bruto no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 79.634 mil, comparativamente a R\$ 108.246 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de 26,4% ou R\$ 28.612 mil. A Margem Bruta de 40,2%, redução de 2,0p.p. a.a, foi impactada negativamente pela ação da Companhia durante o ano de escoamento de estoque antigo.

Despesas com vendas

As despesas com vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$ 72.340 mil, comparativamente a R\$ 71.824 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de R\$ 516 mil, ou 0,7%. As despesas com vendas representavam 36,5% e 28,0% da receita operacional líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente, aumentando em representatividade em função da menor receita do período.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$ 88.259 mil, comparativamente a R\$ 120.689 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando redução de R\$ 32.430 mil, ou 26,9%. As despesas gerais e administrativas representavam 44,5% e 47,0% da receita operacional líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. A redução deve-se principalmente pelos esforços da Companhia durante o período de redução de consumo de caixa e ganhos de eficiência.

Outras despesas operacionais, líquidas

Outras despesas operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram de saldo positivo de R\$ 9.877 mil, enquanto não houve constituição de tal linha no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando aumento de R\$ 9.877 mil. As outras despesas operacionais representavam 5,9% e 0,0% da receita operacional líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. A constituição de saldo positivo na linha de outras receitas durante 2023 deve-se em função do levantamento de créditos tributários extemporâneos.

Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social

O lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 71.088 mil negativo, comparativamente a R\$ 84.267 mil negativo no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando uma melhoria de R\$ 13.179 mil, ou 15,6%.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Tal melhoria deve-se principalmente à redução do nível de despesas do período, assim como a contabilização de créditos tributários extemporâneos.

Resultado financeiro

O resultado financeiro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi uma receita de R\$ 16.335 mil, comparativamente a uma receita de R\$ 18.949 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de R\$ 2.614 mil. O resultado financeiro líquido representava 8,2% e 7,4% da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. A variação deve-se especialmente ao menor nível de caixa ao longo do período.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

O prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 54.753 mil, comparativamente a um prejuízo de R\$ 65.318 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma melhoria no prejuízo de R\$ 10.565 mil. Tal melhoria deve-se principalmente à redução do nível de despesas do período, assim como à contabilização de créditos tributários extemporâneos.

Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi uma receita de R\$ 1.015 mil, comparativamente a uma receita de R\$ 11.047 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de receita de R\$ 10.032 mil. O imposto de renda e contribuição social representava 0,5% e 4,3% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. A variação líquida se deve principalmente à não constituição de provisões de imposto de renda diferido ao longo dos três primeiros trimestres do ano de 2023.

A Administração, com base nos resultados de 2022 e 2023 e nas projeções de resultado para os próximos cinco anos, avaliou que a realização dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social é provável, porém em prazo mais longo do que o estimado anteriormente. Dessa forma, a Companhia decidiu não mais constituir imposto de renda e contribuição social diferidos ativos no final do período.

Lucro líquido (prejuízo) do período

O prejuízo líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 53.738 mil, comparativamente a um prejuízo de R\$ 54.271 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma melhora de R\$ 533 mil. O prejuízo líquido representava -27,1% e -21,1% da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022. O prejuízo líquido manteve-se praticamente estável entre os períodos principalmente em função da redução do nível de despesas do período, assim como a contabilização de créditos tributários extemporâneos.

FLUXO DE CAIXA

A seguir, são apresentadas as variações nas demonstrações do fluxo de caixa da Companhia relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Demonstrações do fluxo de caixa

Análise Comparativa da Liquidez e Fonte de Recursos (Demonstração dos Fluxos de Caixa

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Consolidado) dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em R\$ milhares	No exercício social findo em 31 de dezembro de		
	31/12/2023	AH	31/12/2022
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	230	-100,3%	-75.205
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	-4.939	-75,4%	-20.071
Fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamento	-11.156	-16,0%	-13.277
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	-15.865	-85,4%	-108.553

Fluxo de caixa aplicado das atividades operacionais

O fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais totalizou um saldo positivo de R\$ 230 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, comparado a um saldo negativo de R\$ 75.205 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, representado substancialmente pela redução na rubrica de estoques, em função da estratégia da Companhia em otimizar sua gestão de estoques, assim como na melhoria da linha de contas a receber de clientes.

Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos totalizou R\$ 4.939 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, comparado a R\$ 20.071 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representado principalmente pela redução em investimentos em ativo imobilizado, uma vez que durante 2022 ainda houve investimento em lojas, enquanto durante 2023 esses investimentos não ocorreram, em função da estratégia da Companhia de redução de consumo de caixa.

Fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamentos

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos totalizou saldo negativo de R\$ 11.156 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, comparado a R\$ 13.277 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representado principalmente pelo não haver pagamento de juros de empréstimos durante 2023.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 - Os diretores devem comentar:

(a) resultados das operações do emissor, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Abaixo, a abertura da receita líquida de vendas da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Em R\$ milhares	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2023	AV%	2022	AV%
Receita bruta de vendas de mercadorias	263.797	100,00%	326.193	100,00%
Receita de intermediação de negócios	14.438	5,47%	9.611	2,95%
Cancelamentos e devoluções	-18.322	-6,95%	-16.844	-5,16%
Perdas e <i>chargeback</i> (i)	-1.301	-0,49%	-740	-0,23%
Impostos	-60.130	-22,79%	-61.420	-18,83%
	198.152	75,12%	256.800	78,73%

O principal componente de nossa receita compreende a comercialização de móveis, artigos para decoração, roupas e acessórios majoritariamente por meio de nosso *website* e de nossas plataformas para aplicativos *mobile*. O grande diferencial da composição de vendas é o fato de que, todos os dias, novos produtos são disponibilizados para venda, ampliando o tráfego de clientes no site e o volume de vendas.

Outro componente de nossa receita refere-se a comissões de intermediações de vendas, que são realizadas pelo site da Companhia. Os valores relativos a essa venda são repassados ao fornecedor, descontada a comissão de intermediação da Companhia.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Como temos uma atividade de varejo, os resultados de nossas operações são fortemente dependentes das condições macroeconômicas do Brasil e permanecem influenciadas pelos seguintes fatores:

- crescimento real do Produto Interno Bruto e poder de compra do consumidor: o consumo das famílias compõe mais de 60% do PIB brasileiro, sendo este um termômetro preciso para medir o desempenho da atividade econômica do país, principalmente do varejo. O PIB apresentou as seguintes variações nos anos de 2023, 2022 e 2021: 2,9%, 3,0% e 4,6% respectivamente;
- inflação: impacta diretamente nossas despesas, como salários, contratos de aluguéis, frete e materiais de consumo, que em sua maioria, são reajustados anualmente por meio de índices como INPC, IGP-M e IPCA. O IPCA, inflação oficial do Brasil, apresentou variação de 4,62% e 5,79% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente; e
- comportamento do consumidor: mudanças em tendências de consumo, inovações, e satisfação de nossos clientes podem afetar nossa oferta de produtos e geração de receitas.

(b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A receita de venda de móveis e objetos de decoração da Companhia não está diretamente relacionada, ou indexada, a taxas de câmbio, taxas de inflação e taxas de juros, sendo as variações desta receita são resultantes de (i) variações de preços dos produtos; e (ii) variações das quantidades de mercadorias vendidas. Os principais fatores que afetam nossos preços de venda são alterações na legislação tributária e variações nos preços de

2.2 Resultados operacional e financeiro

mercadorias adquiridas.

A receita de intermediação da Companhia tem variações diretamente atribuíveis ao volume de transações realizadas em sua plataforma (drop-shipping), o que, com o foco da Companhia de redução de estoques, teve aumento ao longo do período, uma vez que o drop-shipping não tem impacto em estoque.

(c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

As variações nas taxas de inflação impactam diretamente nosso resultado operacional. Os principais componentes afetados são:

- as despesas de aluguel de imóveis, cujos contratos, em sua maioria, são corrigidos periodicamente por índices atrelados à inflação;
- a folha de pagamento, por conta de reajustes salariais motivados por acordos sindicais ou previstos em lei; e
- o rendimento das aplicações financeiras.

Ademais, não há mais impacto de câmbio nas operações da Companhia, uma vez que o empréstimo em moeda estrangeira foi liquidado em fevereiro de 2021.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 - Os diretores devem comentar:

(a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

A Companhia aplicou pela primeira vez o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data.

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes, e possibilita a adoção de expedientes práticos. Portanto, as informações comparativas apresentadas para 2018 não contemplam os efeitos de adoção da nova norma, ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado.

Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o CPC 06 (R2), os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes brutos de PIS e COFINS, descontados pela taxa de empréstimo incremental nominal da Companhia em 1º de janeiro de 2020 — novos contratos de arrendamento mercantil são ajustados a valor presente por meio de uma nova taxa de empréstimo incremental nominal. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial, acrescidos dos pagamentos antecipados ou deduzidos dos incentivos recebidos dos arrendadores.

A Companhia optou por utilizar o expediente prático de transição e não reconheceu os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor, bem como com prazos de arrendamento inferiores a 12 meses.

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia para o exercício de 2023 foi emitido sem ênfases e ressalvas.

No relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 houve menção de ênfase relativa à reapresentação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, conforme segue:

“Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.2, em decorrência da identificação de erros, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentadas para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto pela NBC TG 23 - Políticas contábeis Mudança de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.”

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi emitido sem ênfase e ressalva.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 - Efeitos relevantes nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que não houve, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a introdução de qualquer segmento operacional da Companhia. Durante o exercício social de 2022, no entanto, ocorreu o encerramento da operação de *marketplace-out* da Companhia, responsável pela revenda de produtos da Companhia em *marketplaces* de terceiros. Esta descontinuação faz parte das iniciativas da Companhia focadas na busca de maior rentabilidade e preservação de caixa.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Os Diretores da Companhia informam que não houve, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, constituição, aquisição ou alienação de participação societária pela Companhia.

(c) eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

2.5 - Medições não contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, conforme alterada, conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas de depreciação e amortização. A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita operacional líquida.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (“**Práticas Contábeis Adotadas no Brasil**”) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro líquido, como indicador do desempenho operacional ou como substituto ao fluxo de caixa ou, ainda, como indicador de liquidez. O EBITDA não possui um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Seguem abaixo os valores do EBITDA e da Margem EBITDA da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

Medições não contábeis (R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em	
	31 de dezembro de	
	2023	2022
EBITDA	-48.645	-63.999
Margem EBITDA	-24,55%	-24,92%

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA e Margem EBITDA

A tabela abaixo apresenta o EBITDA e a Margem EBITDA apresentados pela Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

Cálculo do EBITDA (R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em	
	31 de dezembro de	
	2023	2022
Lucro líquido (prejuízo) do período / exercício	-53.738	-54.271
(+) Resultado financeiro líquido	-16.335	-18.950
(+) Depreciação e amortização	22.443	20.268
(+/-) Imposto de renda e contribuição social	-1.015	-11.046
EBITDA	-48.645	-63.999
Receita operacional líquida	198.152	256.800
Margem EBITDA	-24,55%	-24,92%

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA e Margem EBITDA

2.5 Medições não contábeis

O EBITDA e a Margem EBITDA são utilizados como medidas de desempenho pela administração da Companhia, por ser uma medida prática para aferir o desempenho operacional da Companhia, facilitando a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que corresponde a indicadores financeiros utilizados para avaliar seus resultados, sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros e outros impactos. O EBITDA e a Margem EBITDA são informações adicionais às demonstrações financeiras e não devem ser utilizados em substituição às nossas informações financeiras auditadas ou revisadas pelos nossos auditores.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas de desempenho financeiro de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards*, emitidas pelo *International Accounting Standard Board* – IASB (“IFRS”), e não devem ser considerados como alternativas ao lucro líquido ou como medidas de desempenho operacional, fluxo de caixa operacional ou liquidez, dentre outros. O EBITDA e a Margem EBITDA apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em função de desconsiderar as despesas de depreciação e amortização, receitas e despesas financeiras e impostos, que afetam nossos lucros.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Eventos subsequentes às informações contábeis divulgadas em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

Aumento de Capital de 15 de janeiro de 2024

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de janeiro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, nos termos do artigo 6º do seu Estatuto Social, a emissão de 127.705 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, ao preço de emissão de R\$ 0,50 por ação, totalizando o montante de R\$ 63.852,50 em razão do exercício por beneficiário de opções de compra de ações outorgadas conforme o Segundo Plano de Opção de Compra de Ações (conforme definido no item 8.4 deste Formulário de Referência).

Em razão dos aumentos de capital acima citados, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 471.230.314,15 dividido em 110.804.299 ações ordinárias todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Autorização de publicação das Demonstrações Financeiras de 2023

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de março de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a publicação das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, após análise do parecer dos auditores independentes, assim como parecer do Comitê de Auditoria da Companhia.

2.7 Destinação de resultados

2.7 – Destinação de resultados

	2023	
a. regras sobre retenção de lucros	Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, autorizando a assembleia geral a, por proposta da administração, deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela assembleia geral.	
	a.i. Valores das Retenções de Lucros	R\$ 0,00, uma vez que foi apurado prejuízo no exercício social de 2023.
	a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	N/A
b. regras sobre distribuição de dividendos	Em 31 de dezembro de 2023, o estatuto social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a 25% do lucro líquido anual. Não houve distribuição de dividendos obrigatórios referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, em razão de prejuízo no exercício.	
c. periodicidade das distribuições de dividendos	Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia previa uma distribuição anual de dividendos. Conforme seu estatuto social, a Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores, caso a Diretoria opte por declarar dividendos à conta do lucro apurado em tais balanços, obedecidos os limites legais, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou reservas. Os dividendos assim declarados constituirão antecipação do dividendo obrigatório.	
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	
e. política de destinação de resultados	Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.	

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

(iii) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há outros itens não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 - Comentários sobre itens não evidenciados

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

2.10 Plano de negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou investimentos no montante de R\$ 4,9 milhões, voltados principalmente para tecnologia, com foco em projetos para suportar crescimento de receita.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos da Companhia são suportados principalmente pela geração de caixa e pelos recursos levantados pelo IPO.

(ii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui, em seu plano de negócios, desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não houve a aquisição de quaisquer plantas, equipamentos ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia não possui pesquisas em andamento.

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui projetos em desenvolvimento.

(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

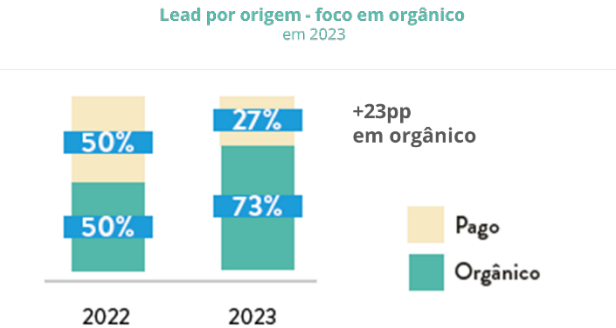
(d) oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG

Atualmente a Companhia trabalha com 3 relevantes oportunidades de negócio dentro do universo ASG:

- (i) temos campanhas no WestwingClub com fornecedores sustentáveis. Por ano, cerca de 25% das campanhas têm apelo sustentável, seja em forma de produtos veganos, com selo *cruelty free* ou com produção ecologicamente responsável. Nossa estratégia é aumentar cada vez mais a oferta de produtos sustentáveis nas campanhas;
- (ii) trabalhamos constantemente para redução do consumo de plástico em nossas embalagens. Nossos fornecedores de embalagens têm certificação ambiental (FSC) e fazemos o envio de todo o descarte de caixas em geral, copo plástico, refugos de etiqueta, entre outros, para um centro de reciclagem. Para a Companhia, qualidade, design e materiais das nossas embalagens são diferenciais de comunicação com nossos clientes; e
- (iii) valorizamos a diversidade entre nossas pessoas. Em 2022, foi criado um Comitê Interno de Diversidade e Inclusão, com mais de 30 integrantes, e que visa à abertura para diferentes possibilidades de existência de gênero, etnia, sexualidade e experiências, com o objetivo de trazer cada vez mais inovação, criatividade e performance para a Companhia.

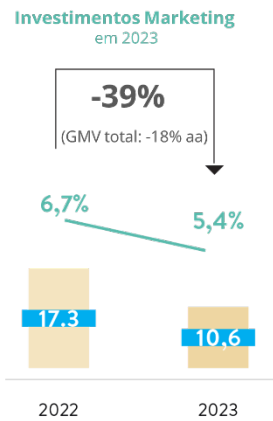
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Para otimizar os investimentos de *marketing* durante 2023, em função da redução de despesas no geral da Companhia, a administração decidiu focar os investimentos em *marketing* orgânico, pelo seu maior retorno sobre investimento. Podemos observar a mudança na estratégia através do gráfico abaixo, que demonstra como os investimentos foram alocados durante o ano (+23pp para investimentos orgânicos).



Os principais pilares que a administração tem focado para trazer melhor retorno sobre investimento são: (i) aumentar a eficiência em aquisição de cliente, e (ii) aumentar monetização da base atual de clientes. Com base nisso, os principais focos de *marketing* têm sido em SEO, *westback* e a geração de conteúdo através de parcerias e *collabs*.

Importante ressaltar que durante 2023 o investimento de *marketing* manteve-se estável (conforme mostra o gráfico abaixo), com evolução positiva de GMV no período, demonstrando a efetividade dos investimentos.



5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 - Descrição da política de gerenciamento de riscos

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia adota uma Política de Gerenciamento de Riscos a qual foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de novembro de 2020 e estabelece os princípios e parâmetros a serem observados no gerenciamento de riscos da Companhia, de modo a identificar, avaliar, prever e monitorar os riscos aos quais está sujeita ("Política de Gerenciamento de Riscos").

A Política de Gerenciamento de Riscos pode ser acessada: (i) na sede da Companhia na Avenida Queiroz Filho, nº 1700, Torre A, Edifício Villa Lobos Office Park, Vila Hamburguesa, CEP 05319-000, São Paulo, SP; (ii) no website da Companhia (ri.westwing.com.br); e (iii) no website da CVM (cvm.gov.br).

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

As políticas e práticas adotadas pela Companhia buscam a adequação às melhores práticas de gerenciamento de riscos, controles internos e governança corporativa, estabelecendo os princípios e parâmetros a serem observados com relação ao processo de gerenciamento de riscos, com vistas a identificar, avaliar, priorizar e gerenciar os riscos. O gerenciamento de riscos é fundamental para a estratégia da Companhia, provendo um procedimento de identificação de riscos aplicável às atividades atuais e futuras da Companhia.

(i) riscos para os quais se busca proteção

A Política de Gerenciamento de Riscos visa a gestão dos seguintes tipos de risco aos quais a Companhia está sujeita:

- **Risco Estratégico:** risco de implementação de uma estratégia errada, inadequada ou ineficaz que deixe de atingir os objetivos da Companhia;
- **Risco Operacional:** risco de prejuízo devido a falhas, deficiências ou inadequação de processos, pessoal e sistemas internos de suporte às atividades da Companhia ou, ainda, eventos externos, incluindo, mas não se limitando, risco de *compliance* associado à inadequação ou deficiência em contratos, assim como sanções devidas ao não cumprimento de leis e regulamentos e indenizações de danos causados a terceiros resultantes das atividades da Companhia. Também inclui fraudes internas e externas;
- **Risco de Imagem:** risco de prejuízo decorrente da exposição negativa da marca em redes sociais, por meio de reclamações, mensagens e comentários divulgados pelos clientes;
- **Risco de Infraestrutura de Sistema de Tecnologia da Informação:** risco de falhas nos serviços de infraestrutura de tecnologia da informação, incluindo anomalias nos indicadores de serviços, servidores, bancos de dados e *endpoints* de terceiros, bem como lentidões e oscilações na plataforma, que podem acarretar a redução ou interrupção total ou parcial das atividades;
- **Risco de Vendas:** risco de oscilações nos níveis de transações realizadas na plataforma e loja física, que podem estar limitados a um segmento específico ou envolver as vendas de uma maneira geral. Os Riscos de Vendas podem decorrer de uma deficiência na estratégia ou incentivos de *marketing*, em problemas envolvendo determinado grupo de produtos, em instabilidades e falhas verificadas nos sistemas de meio de pagamento, no carregamento do checkout (hipótese em que tratar-se-á também de um Risco de Infraestrutura de Sistema de Tecnologia da Informação), bem como falhas em abastecimento de mercadorias na plataforma e transporte;
- **Risco de Liquidez:** risco de falta de capacidade financeira da Companhia, ou a sua falta de capacidade de se financiar para pagar suas dívidas previstas e imprevistas, efetivas e futuras, incluindo operações com garantias, sem afetar suas operações do dia a dia e sem incorrer em perdas significativas;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- **Risco de Compliance:** risco de estar sujeito a quaisquer sanções legais de cunho reputacional ou regulatórias, ou prejuízo financeiro que a Companhia possa sofrer em decorrência de sua falha em cumprir as leis e regulamentos aplicáveis, políticas internas, códigos de conduta e padrões de boas práticas;
- **Risco de Informação:** risco relacionado à perda, ao mau uso ou à divulgação não autorizada de dados pessoais sensíveis ou informações confidenciais de clientes, fornecedores, parceiros de negócios, acionistas internos ou externos que possam causar danos ou transtornos a qualquer indivíduo, ameaçar os negócios da Companhia ou prejudicar sua reputação; e
- **Risco Estrutural do Meio de Pagamento:** risco relacionado à interrupção estrutural das operações desenvolvidas pelas empresas de meio de pagamento que prestam serviços para a Companhia, o que pode vir a prejudicar o fluxo de pagamento relacionado às atividades da Companhia. O Risco Estrutural do Meio de Pagamento é mitigado em razão do fato de a Companhia contar com mais de um meio de pagamento em funcionamento, podendo direcionar as transações de um sistema para o outro.

(ii) instrumentos utilizados para proteção

Com base no *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Enterprise Risk Management Framework* (COSO), a Companhia estabelece um processo de gerenciamento dos riscos que engloba os seguintes componentes:

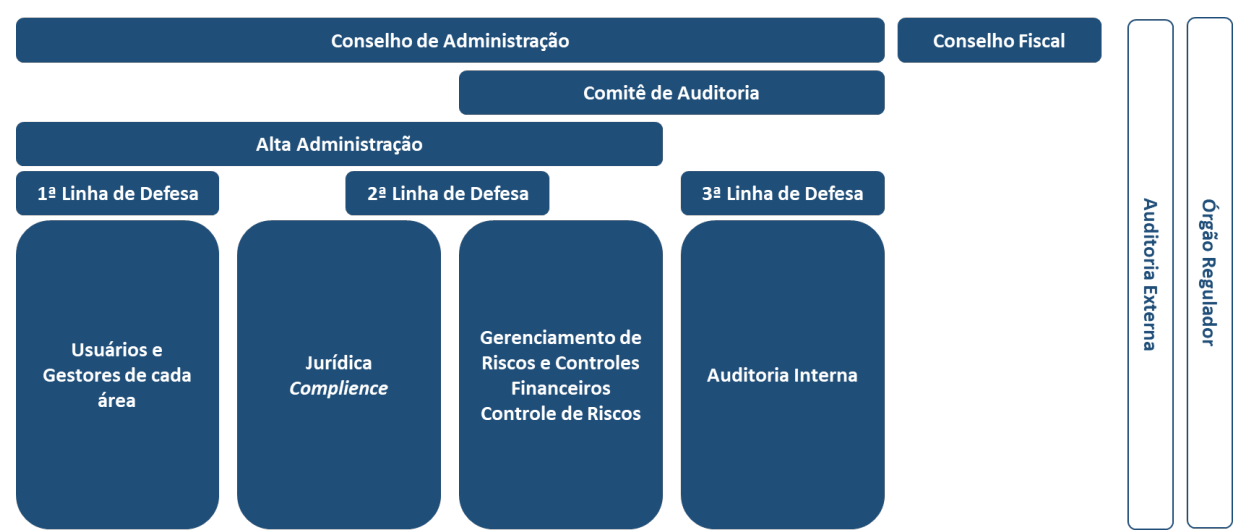
- **ambiente interno** – envolve o estabelecimento da base de como riscos e controles são visualizados e tratados pelos empregados da Companhia;
- **fixação de objetivos** – pressupõe a certificação de que a administração dispõe de um processo para fixar objetivos e que os objetivos escolhidos se alinham à missão e aos princípios da Companhia;
- **identificação de eventos** - inclui a identificação de fatores internos e externos que possam afetar adversamente as estratégias de negócios e as metas da Companhia;
- **avaliação do risco** – análise dos riscos identificados para formar uma base para determinar como deverão ser gerenciados;
- **resposta ao risco** – a administração deve implementar um conjunto de iniciativas e planos de ação para mitigar riscos quando for o caso, com base no perfil de risco na Companhia;
- **atividades de controle** – inclui o estabelecimento e a execução de políticas e procedimentos para auxiliar a garantir que a estrutura selecionada de resposta ao risco é adequada e a gestão dos mesmos seja efetivamente realizada;
- **informação e comunicação** – as informações relevantes são identificadas, capturadas e comunicadas em formato e prazo que permitam às pessoas desempenhar suas atribuições; e
- **monitoramento** – revisão e atualização permanentes do processo de gestão de riscos da Companhia para garantir que esta esteja apta a reagir prontamente a circunstâncias diferentes e inesperadas.

A Companhia garantirá que haja suficiente flexibilidade para reagir rapidamente e para mitigar adequadamente os riscos que está exposta. A Companhia reconhece que tais riscos podem ser efetivamente gerenciados se essa gestão estiver incutida na cultura da Companhia. O processo de gerenciamento de riscos será realizado por meio de auditoria interna e externa visando a minimizar as consequências da ocorrência de um risco com base em impacto e probabilidade, reconhecendo-se que o risco propriamente dito pode não ser eliminado.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Companhia adota uma estrutura de detecção e prevenção de riscos composta por três linhas de defesa, conforme figura abaixo, que mostra como se dá a comunicação pelo plano hierárquico da Companhia:

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado



Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia é responsável por:

- determinar o *Apetite por Riscos* (assim entendido o nível de risco associado à consecução dos objetivos da Companhia) e estabelecer a cultura da gestão do risco dentro da Companhia, especialmente com relação a novas iniciativas e riscos emergentes;
- tomar as decisões principais com relação ao processo de gestão de riscos da Companhia, incluindo os que possam afetar o perfil de risco ou exposição da Companhia;
- avaliar a efetividade do sistema de controles internos, com o assessoramento do Comitê de Auditoria;
- aprovar quaisquer mudanças na Política de Gerenciamento de Riscos; e
- revisar, monitorar e aprovar as estratégias gerais da Companhia para a gestão do risco e os papéis e relatórios elaborados pelo Comitê de Auditoria e pelas divisões de controles internos e *compliance*.

Diretoria

A Diretoria da Companhia é responsável por:

- implementar as estratégias da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração com relação à Gestão do Risco;
- propor ao Conselho de Administração o *Apetite por Risco* da Companhia;
- conduzir uma revisão periódica da Política de Gerenciamento de Riscos e apresentar quaisquer sugestões ao Conselho de Administração;
- avaliar periodicamente a Avaliação de Risco (assim entendida a avaliação quantitativa ou qualitativa da natureza e da magnitude dos riscos relativos aos objetivos da Companhia, a qual é baseada nas vulnerabilidades e ameaças conhecidas ou contingentes, assim como na probabilidade de concretização das ameaças e no potencial impacto sobre a Companhia), relatando quaisquer descobertas ao Conselho de Administração;
- avaliar e monitorar o Risco Estratégico;
- identificar quaisquer Riscos antecipadamente e conduzir o Gerenciamento de Risco correlato; e
- auxiliar na elaboração dos relatórios relacionados ao Gerenciamento do Risco.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal foi instalado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 26 de abril de 2022, com prazo de duração de um ano e está encarregado de:

- fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- opinar sobre o relatório anual da Administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral;
- opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;
- denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia;
- convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias;
- analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia;
- examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;
- exercer essas atribuições, durante a liquidação da Companhia, tendo em vista as disposições especiais que a regulam; e
- acompanhar por meio de relatórios e/ou reuniões periódicas as atividades das áreas de Auditoria Interna e Gestão de Riscos, Jurídico e do Comitê de Auditoria e Auditoria Independente.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria da Companhia está encarregado de:

- rever o cumprimento pela Companhia das leis, padrões e regulamentos aplicáveis;
- avaliar e analisar o uso e a confiabilidade dos controles internos, riscos de *compliance* e corporativos;
- monitorar as exposições de risco da Companhia;
- fiscalizar o desempenho de terceiros contratados para dar suporte ao staff designado para desempenhar funções de *compliance*, controles internos e risco corporativo;
- revisar as principais políticas da Companhia, incluindo as políticas internas e o Código de Conduta, propondo quaisquer mudanças ao Conselho de Administração;
- coordenar e monitorar as atividades de canal de denúncias (*whistleblower*) e ouvidoria (ombudsman), assegurando a autonomia, sigilo, confidencialidade e um ambiente livre de retaliações;
- avaliar e monitorar o Risco de Liquidez;
- investigar e monitorar eventos que possam prejudicar os controles internos e a política de *compliance* da Companhia; e

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- fornecer treinamento recorrente ao pessoal da Companhia com vistas a assegurar que sejam capazes de identificar, evitar, avaliar, monitorar e mitigar Riscos.

Áreas Jurídica e de *Compliance*

As áreas Jurídica e de *Compliance* se reportam ao Diretor Presidente e, dentre outras competências previstas nas normas internas da Companhia, estarão encarregadas de:

- avaliar e monitorar o Risco de *Compliance*;
- monitorar o cumprimento e auxiliar na interpretação de normativos emanados pelos órgãos reguladores a que a Companhia esteja sujeita;
- preparar boletins informativos e encaminhar para as áreas de interesse, quando julgar conveniente;
- mapear e conduzir treinamentos de *compliance* às áreas de interesse, os quais poderão envolver questões atinentes à legislação trabalhista, tributária, societária, de proteção de dados pessoais, entre outras;
- elaborar e manter atualizado o cadastro de pessoas identificadas como Partes Relacionadas, nos termos da Política de Transação entre Partes Relacionadas da Companhia;
- auxiliar a área de ouvidoria na apuração e análise das medidas disciplinares a serem aplicadas em decorrência de violação do Código de Ética e Conduta da Companhia; e

reportar bimestralmente à Área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna na avaliação e o Gerenciamento de Riscos de *Compliance*.

Áreas de Riscos e Controles Internos

Os colaboradores da Companhia designados para desempenhar funções de controles internos e riscos corporativos se reportam à Alta Administração e estão encarregados de:

- estabelecer o processo de gestão do risco da Companhia;
- coordenar e determinar as diretrizes a serem seguidas no tocante aos procedimentos de *compliance*, controles internos e risco corporativo;
- avaliar e monitorar o Risco de *Compliance*, o Risco Operacional e o Risco de Informação;
- auxiliar a área de ouvidoria na apuração e análise das medidas disciplinares a serem aplicadas em decorrência de violação do Código de Conduta da Companhia;
- realizar no mínimo uma revisão anual do sistema de controles internos da Companhia; e
- coordenar a força de trabalho interna destinada a detectar quaisquer Riscos e monitorar a eficácia do processo de gerenciamento do risco.

Área de Auditoria Interna

A área de Auditoria Interna responde diretamente ao Comitê de Auditoria, se reporta ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria e é responsável por:

- monitorar, avaliar e realizar recomendações visando a aperfeiçoar os controles internos e as normas e procedimentos estabelecidos pelos administradores;
- fornecer ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e à Administração avaliações abrangentes baseadas no maior nível de independência e objetividade dentro da organização;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- preparar relatórios bimestrais que descrevam os Riscos da Companhia e a avaliação de Risco correlata, e submetê-los ao Comitê de Auditoria;
- prover avaliações sobre a eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas de defesa alcançam os objetivos de gerenciamento de riscos e controle;
- avaliar a eficácia, suficiência e aplicação dos controles contábeis, financeiros e operacionais;
- determinar a extensão do cumprimento das normas, dos planos e procedimentos vigentes;
- determinar a extensão dos controles sobre a existência dos ativos da empresa e da sua proteção contra todo tipo de perda;
- determinar o grau de confiança, das informações e dados contábeis e de outra natureza, preparados dentro da empresa;
- avaliar a qualidade alcançada na execução de tarefas determinadas para o cumprimento das respectivas responsabilidades; e
- avaliar os riscos estratégicos e de negócio da organização.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

O gerenciamento do risco é um elemento crucial das estratégias da Companhia, já que fornece um processo sistemático para identificar riscos relacionados a atividades comerciais novas e correntes. Tal processo envolve a categorização e a avaliação de cada risco e a aplicação de controles gerenciais para mitigar o risco, baseados em um julgamento acerca do impacto provável caso nenhuma medida seja tomada, combinado com uma avaliação da probabilidade de nova ocorrência do risco.

A efetividade da estrutura de gerenciamento de riscos e controles internos é assegurada através da hierarquização das atividades de avaliação de riscos, por meio de um planejamento de demandas realizado pelo Conselho de Administração e pela Diretoria da Companhia, com a atuação dos departamentos citados acima. Além disso, a Companhia possui um canal de denúncias gerido por terceiro independente, que repassa as denúncias à área de Compliance da Companhia.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2- Descrição controles internos

(a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Objetivando assegurar que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de forma fidedigna, refletindo consistentemente seus processos operacionais e financeiros e preparadas em conformidade com os requisitos exigidos, a Companhia adota práticas e controles internos para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade na elaboração de suas demonstrações financeiras.

Mensalmente, a gerência de contabilidade, controladoria e a diretoria financeira da Companhia revisam o fechamento contábil com vistas a assegurar sal adequação e confiabilidade.

Os fluxos de processos e os sistemas são reavaliados para aferir a efetividade dos controles existentes. Os valores e o sistema de gestão de riscos e controles internos da Companhia, são a base do ambiente de controle. A Companhia revisa seus riscos, sistemas e segregação de tarefas, buscando que as transações sejam registradas e reportadas por completo e corretamente.

A Companhia adota rotinas de conciliações diárias ou mensais (dependendo do volume de transações), processos mensais de fechamento contábil, bem como elabora cronogramas e disponibiliza documentação para a auditoria externa.

Os departamentos internos da Companhia também mantêm reuniões periódicas para levantamento e confirmações de informações incluídas nas demonstrações financeiras.

Os controles internos da Companhia são utilizados na avaliação e no monitoramento de suas operações. Essa avaliação de controles internos prevê as seguintes atividades:

- (a) Revisão de processos e controles;
- (b) Verificação de consistência dos lançamentos contábeis por meio de conciliações;
- (c) Revisão analítica das demonstrações financeiras;
- (d) Controle de perfis de usuários para rastreamento de registros dos lançamentos contábeis realizados;
- (e) Monitoramento regulatório;
- (f) Verificação comparativa entre orçado versus realizado por todas as áreas, para análise de desvios e potenciais ajustes nas informações contábeis; e
- (g) Revisão pela Diretoria Financeira das demonstrações financeiras e relatórios de notas explicativas.

As demonstrações financeiras da Companhia são auditadas anualmente.

As atividades de controle da Companhia incluem instruções, orientações e procedimentos na tentativa de que as ações identificadas pela administração para endereçar os riscos relevantes sejam realizadas com efetividade. A efetividade dos controles é monitorada como parte da gestão, já que um controle inicialmente eficaz pode tornar-se ineficaz devido a alterações no ambiente operacional. Mudanças nos controles também podem ocorrer devido a mudanças nos processos, nos sistemas de tecnologia da informação ou de pessoal.

Os controles internos adotados pela Companhia para elaboração das demonstrações financeiras possuem limitações, podendo não prevenir ou detectar determinadas falhas. Este risco integra o Risco Operacional a que se refere o item 5.1 deste Formulário de Referência e está sob responsabilidade da área de controladoria.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

A área de Contabilidade é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras mensais, atendimento aos auditores externos e redação das notas explicativas.

O processo de revisão das demonstrações financeiros é realizado pela contabilidade utilizando os relatórios e documentos disponibilizados pelas demais áreas da Companhia. Participa também do processo de revisão a diretoria executiva (incluindo

5.2 Descrição dos controles internos

o diretor financeiro).

Os controles internos destinados à elaboração de demonstrações confiáveis são avaliados e reportados em relatório elaborado bimestralmente pela Auditoria Interna, posteriormente consolidado em relatório elaborado pela mesma área a partir de todos os relatórios integrantes do primeiro nível do sistema estruturado de gerenciamento de riscos da Companhia.

Este relatório consolidado, contendo as conclusões e avaliação da Auditoria Interna sobre os procedimentos de gerenciamento de riscos da Companhia é então submetido à análise do Comitê de Auditoria para monitoramento e análise da adequação dos procedimentos adotados e identificação de novos riscos.

Com base nesse fluxo de informação incorporado nos relatórios periódicos, o Comitê de Auditoria reporta semestralmente suas conclusões e sua avaliação sobre a confiabilidade dos controles internos da Companhia ao Conselho de Administração, dando suporte ao monitoramento, à aprovação e revisão das estratégias de gerenciamento de riscos da Companhia pelo Conselho de Administração.

Conforme exposto no item 5.1(b) deste Formulário de Referência, a estrutura de controles internos da Companhia acima exposta, está formalmente prevista desde a reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 27 de novembro de 2020. A Companhia acredita que está em fase de adaptação e de aprimoramento de relações orgânicas estabelecidas entre as instâncias envolvidas no gerenciamento de riscos. De todo modo, cumpre destacar que tal estrutura já está pronta para entrar em funcionamento.

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A área de Auditoria Interna, é responsável por fiscalizar o funcionamento dos controles internos, reportando às áreas responsáveis os assuntos levantados, e fornecendo relatórios de conclusão de seus trabalhos para o Comitê de Auditoria e para a Diretoria Executiva da Companhia.

Com o apoio da Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria atua para monitorar sistematicamente o gerenciamento de riscos da Companhia, inclusive especificamente para rever o cumprimento da lei, padrões e regulamentos aplicáveis e monitorar e investigar eventos que possam prejudicar os controles internos da Companhia.

A Diretoria também atua na supervisão da eficiência dos controles internos, incumbindo-lhe reexaminar periodicamente os riscos e relatar quaisquer descobertas ao Conselho de Administração.

Por fim, o Conselho de Administração, com suporte das áreas supramencionadas, deverá monitorar, revisar e aprovar as estratégias da Companhia para a gestão do risco. Além disso, o Conselho de Administração avalia o desempenho do Comitê de Auditoria e, conforme se mostrem necessários, são definidos planos de ação para ajustes no desempenho do comitê. Tais planos de ação podem significar o aumento do orçamento do comitê, revisão da forma de atuação, substituição de membros do comitê, alterações na equipe de auditoria interna, entre outros.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presente no relatório do auditor independente

Os auditores independentes da Companhia emitiram, em 26 de abril de 2023, o relatório de Recomendações e Comentários à Administração da Companhia, que contém um descritivo sobre deficiências identificadas ao longo do processo de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, que tem por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento dos controles internos e procedimentos contábeis da Companhia e suas controladas.

Dentre as deficiências identificadas no referido relatório, as seguintes foram consideradas significativas:

1. Fragilidade no processo de concessão de acessos e revisão de perfis de acessos não aderentes

Durante a análise do processo de concessão de acessos aos sistemas BOB, WMS e CMM, foi identificado que a aprovação para as solicitações de acesso não é formalizada no chamado de requisição. Ao solicitar um acesso, o gestor do colaborador não especifica o perfil a ser concedido, impossibilitando avaliar se o acesso é adequado e aprovado como solicitado.

O risco associado reside no fato dos acessos não serem aprovados e revisados antes da concessão, dessa forma, o usuário pode receber um acesso indevido e que não são inerentes a sua função e cargo, podendo ocasionar no uso indevido do acesso e consequentemente perda de dados, fraudes, perda financeira e uso indevido de informações da Companhia, além de conflitos de segregação de funções.

5.2 Descrição dos controles internos

Foi verificado também que a revisão de acessos para os sistemas BOB, CMM e WMS são realizadas apenas por meio de indagação aos usuários dos sistemas sobre os acessos existentes em cada aplicação. Dessa forma, existe o risco que os acessos possam ser utilizados de maneira indevida, por pessoas não autorizadas. O risco aumenta significativamente quando há um usuário desligado que continua com acesso aos sistemas.

Foi recomendado que todo acesso seja aprovado, revisado e formalizado antes que seja concedido. O processo de concessão de acesso é de extrema importância no ambiente de controles da Companhia.

Quanto à revisão dos perfis, foi recomendado que o processo de revisão de acessos seja implementado de modo que a área de tecnologia extraia por meio de relatórios do sistema todos os usuários ativos, bem como, seus respectivos perfis de acesso. Estes acessos devem ser avaliados pelo *key user* de cada módulo/aplicação ou gestor imediato de maneira que fique clara a análise realizada para avaliação dos acessos. Em caso de necessidade de revogação de um acesso por solicitação do revisor, a revogação deve ocorrer tempestivamente.

Tendo em vista as deficiências apontadas, veja também o fator de risco *“Os auditores independentes da Companhia identificaram deficiências significativas em seus controles internos sobre relatórios financeiros e, se a Companhia deixar de implementar e manter controles internos eficazes sobre relatórios financeiros, poderá ser incapaz de relatar com precisão seus resultados operacionais, cumprir suas obrigações de reporte ou evitar fraudes. Falhas em seus sistemas de controle, políticas e procedimentos podem expor a Companhia a riscos inesperados ou imprevisíveis, que podem afetar adversamente seus negócios. Os controles internos, sistemas, políticas e procedimentos da Companhia podem não ser suficientes e/ou totalmente eficazes para detectar práticas inadequadas, erros ou fraudes.”* item 4.1(a) deste Formulário de Referência.

2. Aprimoramento do processo de fechamento contábil e processo de elaboração e revisão das demonstrações financeiras

Foi identificado quantidade significativa de ajustes tanto nos livros contábeis quanto nas demonstrações financeiras e ITRs. Apesar de reconhecer que o processo de elaboração das conciliações contábeis e de elaboração das demonstrações financeiras, a auditoria externa entende que a quantidade de ajustes e número de versões de demonstrações financeiras, indicam a necessidade de melhoria desses processos.

Também foi identificado que algumas análises contábeis não são efetuadas de forma tempestiva e que, para algumas contas contábeis com baixa movimentação, não há um procedimento adequado de análise dos saldos, a fim de que eventuais inconsistências sejam identificadas e regularizadas tempestivamente. Como exemplos, citamos os seguintes eventos:

- Ausência de relatório adequado e conciliação de contas relevantes, como: Fornecedores, Intangível, Arrendamentos, etc;
- Algumas conciliações já apontavam divergências, porém os livros contábeis não foram corrigidos com a mesma informação;
- Volume elevado de alterações no balancete contábil durante o processo de auditoria;
- Volume elevado de versões de Demonstrações Financeiras;
- Erros nas apurações de imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos;
- Volume elevado de lançamentos manuais.

Concluiu-se que a ausência de análises, as análises tardias e número elevado de lançamentos manuais, principalmente relacionados a transações relevantes, aumentam significativamente os riscos de erros não detectados e, consequentemente, o risco de distorção das demonstrações financeiras.

Dada a importância desse processo, foi recomendado que a administração implemente um processo formal de fechamento, preparação, revisão e aprovação de análises, lançamentos manuais e demonstrações financeiras, observando os seguintes principais aspectos:

- Existência de um processo formal e periódico de revisão das estimativas contábeis (ex: provisão para perda nos estoques, provisão para contingências);
- Avalie a capacidade técnica e quantificação dos profissionais das áreas envolvidas afim de identificar lacunas;
- Implemente checklists de conciliações e elaboração das DFs;
- Conciliação de 100% das contas do balanço, avaliando o aging dos saldos em aberto, pelo menos, ao final de cada trimestre e exercício;
- Cada lançamento manual deve ser acompanhado de toda a documentação suporte da transação (ex.: além de uma nota fiscal do mês em revisão, o contrato para a qual a nota faz referência), de modo que o revisor tenha acesso à transação como um todo antes de aprová-la;

5.2 Descrição dos controles internos

- Determinados registros contábeis, como o registro e a reversão de provisões contábeis, devem ser restritos e aprovados de acordo com os limites de alçada, visando garantir a consistência na aplicação dos conceitos contábeis;
- Transações não-rotineiras ou não-usuais devem ser analisadas previamente em relação aos pronunciamentos contábeis, visando definir sua contabilização e apresentação nas demonstrações financeiras antecipadamente e evitando quaisquer prejuízos aos prazos exigidos para publicação das informações;
- Para transações mais relevantes, um segundo nível de revisão deveria ser considerado;
- Análise da possibilidade de automatizar certos processos e lançamentos;
- Definição de política sobre lançamentos manuais e fechamento contábil (padrão, divulgação, cronograma, prazos, práticas contábeis etc).

Foi recomendado, adicionalmente, a revisão do processo de revisão das demonstrações financeiras, incluindo as demais áreas da Companhia no processo, tais como jurídico, financeiro, dentre outras, para assegurar a adequação das divulgações efetuadas. A garantia que todos os assuntos relevantes estão divulgados é fundamental para uma adequada apresentação das demonstrações financeiras.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Os diretores da Companhia reviram os apontamentos dos auditores a respeito das deficiências significativas apontadas pelos auditores independentes e possuem as seguintes considerações:

1. Fragilidade no processo de concessão de acessos e revisão de perfis de acessos não aderentes

A Companhia solucionou esta deficiência no início de 2024. Foi realizada alteração de processo interno da área de recursos humanos. Desde janeiro de 2024, diante de qualquer solicitação de demissão, admissão ou transferência, a área de recursos humanos submete o pedido para avaliação ao comitê de pessoas, que aprova apenas após a formalização da inclusão da solicitação no sistema interno, para a alteração/revogação/concessão dos perfis de acesso de cada sistema acessado pelo usuário. Dessa forma, é garantido que nenhuma movimentação seja executada sem que o chamado seja aberto para alteração dos perfis de usuários.

2. Aprimoramento do processo de fechamento contábil e processo de elaboração e revisão das demonstrações financeiras

A Companhia solucionou esta deficiência durante o primeiro trimestre de 2024. Ao longo de 2023, foram implementadas diversas melhorias, dentre elas: (i) a implementação de um novo ERP (Oracle), (ii) reforço da equipe contábil, (iii) estabilização da gestão da equipe contábil e diretoria financeira, e (iv) revisão de processos com a implementação da conciliação de 100% das contas contábeis mensalmente. Adicionalmente, em relação aos lançamentos manuais, foram implementadas, ao longo do ano, alçadas para aprovação em cada lançamento. Como plano de ação complementar, para o primeiro trimestre de 2024, houve melhoria na governança das conciliações, garantindo a não existência de variações significativas nas conciliações.

5.3 Programa de integridade

5.3 - Mecanismos e procedimentos internos de integridade

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

A Companhia possui seu compromisso com a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública. A fim de consolidar as diretrizes que pautam sua atuação corporativa, a Companhia estruturou algumas de suas práticas em seu Código de Conduta ("**Código**"), o qual foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de novembro de 2020. Essas normas internas voltadas à integridade reúnem um conjunto de mecanismos e procedimentos internos utilizados na prevenção, detecção e combate a desvios de conduta e descumprimento da legislação aplicável, tais como fraudes e corrupção.

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia estão descritos em seu Código, que destaca veemente a intolerância com qualquer prática ilícita ou antiética, como pagamento de suborno, fraude, lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo, cartel, concorrência desleal, tráfico de influências, favorecimentos indevidos, entre outros, seja no relacionamento com o poder público ou na esfera dos relacionamentos privados, especialmente no que concerne a atos de corrupção, norteando o desenvolvimento e manutenção de práticas de prevenção, monitoramento e combate a atos ou tentativas de corrupção, sendo aplicável indiscriminadamente a todos os integrantes da Companhia. Além disso, a Companhia trata como condutas inadmissíveis e inegociáveis, sendo passíveis de demissão por justa causa, causar prejuízo intencional aos clientes ou à Companhia, práticas de corrupção e práticas de assédio moral/sexual ou discriminação de qualquer natureza.

A Companhia possui um canal interno para apresentação de eventuais denúncias (internas e externas) relacionadas a violações do Código ou de quaisquer leis, diretrizes, políticas e normas internas da Companhia.

A reavaliação de riscos e adaptação de políticas é realizada anualmente ou sempre que houver demanda das estruturas organizacionais envolvidas ou mudanças relevantes na Companhia. Para maiores informações sobre a avaliação de riscos, vide item 5.1 deste Formulário de Referência.

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, a área de *compliance* da Companhia será responsável pela verificação e reporte de exposição, ao Conselho de Administração em última instância, de situações que possam vir a representar riscos de *compliance*, bem como coordenar a força de trabalho interna destinada a detectar quaisquer riscos e monitorar a eficácia do processo de gerenciamento dos riscos.

Conforme exposto no item 5.1(b) deste Formulário de Referência, a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade da Companhia está formalmente prevista desde a reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 27 de novembro de 2020. A Companhia acredita que está em fase de adaptação e de aprimoramento de relações orgânicas estabelecidas entre as instâncias envolvidas no gerenciamento de riscos. De todo modo, cumpre destacar que tal estrutura já está pronta para entrar em funcionamento.

(iii) código de conduta

O Código se aplica a todos os investidores, administradores, empregados e colaboradores da Companhia, abrangendo, inclusive, clientes, prestadores de serviços, parceiros e fornecedores, bem como a comunidade e a sociedade em geral, visando estabelecer os princípios e diretrizes que devem orientar as relações internas e externas da Companhia, suas decisões de negócios e orientar as atitudes e ações da Companhia nas suas diversas relações.

As sanções aplicáveis em caso de violação às regras do Código ou à sua essência estão previstas na

5.3 Programa de integridade

legislação civil, penal e trabalhista aplicável, podendo variar entre orientação verbal, advertência, suspensão, destituição da função e dispensa do empregado com ou sem justa causa.

As diretrizes e orientações contidas no Código são de conhecimento de todos os colaboradores, dirigentes, estagiários, temporários, menores aprendizes e prestadores de serviços da Companhia, bem como dos demais públicos pertinentes.

A Companhia realiza treinamentos sobre o Código de Conduta com periodicidade anual ou sempre que houver alterações ou atualizações do Código, abrangendo todos os envolvidos, quais sejam, administradores, empregados, estagiários, temporários, menores aprendizes e prestadores de serviços internos da Companhia, bem como as demais públicos pertinentes.

O Código pode ser acessado: (i) na sede da Companhia na Avenida Queiroz Filho, nº 1700, Torre A, 5º Andar, Edifício Villa Lobos Office Park, Vila Hamburguesa, CEP 05319-000, São Paulo, SP; (ii) no website da Companhia (ri.westwing.com.br); e (iii) no website da CVM (cvm.gov.br).

(iv) política anticorrupção

A Política Anticorrupção se aplica a todos os administradores, empregados e colaboradores da Companhia visando (i) orientá-los a lidar com situações que envolvam ou possam envolver corrupção, (ii) instruí-los a adotarem comportamentos preventivos com o intuito de preservar sua integridade e a imagem da Companhia de forma geral e, em particular, (iii) orientá-los quanto aos procedimentos que devem ser seguidos para atendimento das normas e leis vigentes.

(b) canal de denúncia

A Companhia conta com canais independentes para eventuais denúncias, os quais são recebidas por empresa especializada e cujas informações são captadas e informadas ao Comitê de Auditoria. Os canais de denúncia da Companhia podem ser acessados pelo call center (telefone 0800 900 9292), ou pelo site contatoseguro.com.br/westwing, estando disponíveis para pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, internas ou externas.

Para cada registro ou caso, há um protocolo do assunto que pode ser acompanhado dentro dos limites legais e internos de informação, cabendo ao Comitê de Auditoria reportar tais assuntos ao Conselho de Administração, bem como acompanhar a apuração dos fatos.

Este é o único canal oficial de comunicação para que sejam denunciados, inclusive anonimamente, todos os casos de violação ao Código, leis, diretrizes, políticas e normas internas da Companhia ou qualquer atividade suspeita. O canal garante o sigilo e anonimato quanto ao colaborador que realizou a denúncia e trata as informações com a devida diligência e confidencialidade, garantindo o seu correto processamento, investigação imparcial e confidencial. A confidencialidade garante, ainda, que o colaborador de boa-fé que utilizar qualquer meio direto para manifestação ou denúncias de boa-fé não sofrerá nenhuma retaliação ou punição em função disto.

(c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não aplicável, tendo em vista que não ocorreram casos confirmados de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública nos últimos 3 exercícios sociais na Companhia.

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

A Companhia possui políticas como a Política Anticorrupção, a Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, e a Política de Compliance, aprovadas pela Diretoria da Companhia em 05 de outubro de 2021, 05 de setembro de 2021 e 01 de dezembro de 2021, respectivamente, que estabelecem, conjuntamente, diretrizes e orientações referentes à prevenção de atos ilícitos praticados contra a administração pública, dentre outros temas de conformidade para a Companhia. Tais políticas são atualizadas anualmente.

5.4 Alterações significativas

5.4 - Alterações significativas

Não houve nenhuma alteração significativa nos riscos aos quais a Companhia está exposta, nem alterações no gerenciamento de seus riscos.

Não há, atualmente, expectativas com relação à redução ou ao aumento relevante na exposição aos principais riscos descritos nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 - Outras informações relevantes

Outras informações relevantes sobre a Política de Gerenciamento de Riscos

A Companhia possui formalizada Política de Gerenciamento de Riscos, aprovada na reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de novembro de 2020 e descrita no item 5.1 deste Formulário de Referência, que traz o processo de gerenciamento de riscos da Companhia de uma maneira geral a serem avaliados e monitorados pela Companhia. A Política de Gerenciamento de Riscos pode ser acessada: (i) na sede da Companhia na Avenida Queiroz Filho, nº 1700, Torre A, Edifício Villa Lobos Office Park, Vila Hamburguesa, CEP 05319-000, São Paulo, SP; (ii) no website da Companhia (ri.westwing.com.br); e (iii) no website da CVM (cvm.gov.br).

Atualmente, conforme demonstrado nas informações contábeis da Companhia, a Companhia está exposta ao risco cambial, risco de juros, risco de crédito e risco de liquidez conforme disposto no item 4.2 deste Formulário de Referência.

- **Risco de Liquidez:** risco de falta de capacidade financeira da Companhia para pagar suas dívidas previstas e imprevistas, efetivas e futuras, incluindo operações com garantias, sem afetar suas operações do dia a dia e sem incorrer em perdas significativas. A administração analisa as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para sua operação.
- **Risco de Crédito:** risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria a um prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente, com relação ao contas a receber de clientes) e de empréstimos, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. No caso de constatação de risco iminente de não realização destes ativos, a Companhia registra provisões para trazê-los ao seu valor provável de realização.
- **Risco Cambial:** atualmente a Companhia não possui exposição a moedas estrangeiras em forma de empréstimos e financiamentos. No entanto, parte da receita da Companhia é derivada de produtos importados.
- **Risco de Taxa de Juros:** a Companhia utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações, bem como para garantir seus investimentos e expansão.

Estratégia de Proteção Patrimonial (*hedge*)

A Companhia não possui exposição a moedas estrangeiras em forma de empréstimos e financiamentos.

Em relação as importações que a Companhia realiza, a Companhia busca travar o risco cambial entre a data da colocação do pedido e embarque da mercadoria através de aplicações em fundos atrelados à variação cambial.

Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia utiliza contratos de *non deliverable forward*, que é um contrato a termo de moedas, negociado em mercado de balcão, cujo o objetivo é fixar antecipadamente, uma taxa de câmbio em uma data futura. No vencimento, a liquidação ocorre pela diferença entre a taxa a termo contratada e a taxa de mercado definida como referência.

Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Essas operações de *non deliverable forward* foram realizadas atreladas à operação de empréstimo em moeda estrangeira. A Companhia utiliza como parâmetro de gerenciamento deste risco as cotações da moeda estrangeira e o valor a mercado da operação de *non deliverable forward*.

Estrutura organizacional de controle de gerenciamento desses riscos

Tendo em vista a baixa exposição da Companhia aos riscos acima mencionados, a matéria é tratada no âmbito das reuniões diárias entre os administradores da Companhia.

5.5 Outras informações relevantes

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos é dada pela auditoria interna e pelo Comitê de Auditoria que são responsáveis pela revisão periódica dos procedimentos realizados pela diretoria da Companhia na gestão dos riscos.

Além disso, tais riscos são processados e analisados conforme a estrutura organizacional de controle de gerenciamentos de risco descrita no item 5.1 deste Formulário de Referência.

Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia possui histórico consolidado de baixo apetite de risco e sua alta administração mantém uma postura conservadora em relação à assunção de riscos das mais diversas naturezas, tendendo a optar pela segurança em seus processos decisórios.

Com a implementação da Política de Gerenciamento de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração e amplamente divulgada à toda a Companhia em 2020, a administração da Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada e consegue monitorar os riscos de maneira eficaz.

Conforme mencionado no item 5.1 deste Formulário de Referência, são realizados levantamentos dos procedimentos de controles para mitigação dos riscos e acompanhamento da evolução da estrutura de controles internos, além do acompanhamento dos planos de ações acordados para aprimoramento da estrutura de controles internos.